

## **IMIGRAÇÃO DE GALEGOS NO NORTE DE PORTUGAL (1500-1900)**

### **Algumas notas**

Jorge Fernandes Alves

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

As linhas de fronteira dividiram populações, demarcaram territórios, legitimaram ocupações. Mas, para lá de todo o esforço de delimitação de territórios, surgiram os apelos e/ou a repulsão de pessoas, criando-se o fenómeno da emigração, por definição um efeito directo das compartimentações nacionais do mercado de trabalho, cujo equilíbrio ignora fronteiras e tende à globalidade. Desde sempre, as pessoas movem-se, verificando-se processos mais ou menos complexos de intercâmbio de população.

A imigração galega no Norte de Portugal é apenas um exemplo desses movimentos, afinal com longa história no espaço intra-peninsular, normalmente de sentido Norte-Sul, mas girando também em torno de polarizações urbanas. Em situações de sociedade tradicional, carentes de modernidade, tais movimentos são explicados genericamente por desequilíbrios de população e de regime de propriedade, se bem que estes desequilíbrios apresentem razões históricas mais profundas que se repercutem em toda a organização social. Para lá da movimentações de galegos que podemos remontar à Reconquista, os movimentos migratórios de trabalho detectam-se em Portugal, de uma forma regular, desde os séculos XVII e XVIII, quando surgiram oportunidades sazonais ao ritmo cíclico de produções agrícolas para mercados relativamente vastos (trigo do Alentejo, vinho do Douro). A estas fainas agrícolas (preparação de terra e sementeiras e depois as colheitas respectivas), acorriam não só galegos como populações portuguesas do Minho, Trás-os-Montes e Beiras, ou seja, de localidades onde a terra era escassa e a

Alves, Jorge Fernandes – Imigração de galegos no Norte de Portugal (1500-1900). Algumas notas. In ROEL, Antonio Eiras; LOPO, Domingo Gonzalez (coord.) - *Movilidad e migracións internas na Europa Latina*. Unesco. Santiago de Compostela: Universidad (Catedra Unesco), 2002, p. 117-126.

mão-de-obra excedentária, procurando-se rentabilizar essa mão-de-obra em paragens mais afastadas e assim obter o numerário que, no Norte do minifúndio e de pesada exactão fiscal, escasseava. Em determinadas épocas (Primavera e Outono), juntavam-se ranchos de homens que partiam, tendo na liderança um capataz que se preocupava com a ocupação do grupo negociando trabalhos e salários. Os ganhos das migrações eram fundamentais, no retorno, para a sustentação da família ou para o novo estabelecimento familiar dos jovens, facilitando o casamento.

No entanto, a história das migrações de galegos para o Norte de Portugal deverá, por agora, consistir mais num projecto de investigação do que na apresentação de resultados conhecidos. Um projecto que deveria reunir os dois lados da fronteira para resolver este aparente paradoxo de um país de emigração estrutural ser simultaneamente um país de recepção. Mas o mesmo se detecta na Galiza, para onde partiam também portugueses com objectivos de trabalho, para além das inevitáveis deambulações fronteiriças de vizinhança. São factos que se poderão correlacionar com modalidades de especialização profissional adstritas a determinadas localidades que obrigam esses grupos a procurarem trabalho em áreas cada vez mais amplas: pensemos em canteiros, estucadores ou produtores artesanais para consumos urbanos. Submergindo tudo isso, surgem, porém, as vagas de trabalhadores jovens e indiferenciados, com pouco mais para oferecer do que a sua força braçal, os quais se tornam fundamentais em determinadas áreas de trabalho, para além do agrícola, tais como as funções de transporte de mercadorias, serviços portuários e ocupações fabris em sectores com pouca mecanização.

Nesta fase de investigação, para além de se verificar a persistência e intensidade destas migrações, apreendidas em múltiplas evidências e documentadas desde tempos remotos, pouco mais longe se pode ir do que apontar linhas gerais. Para além dos testemunhos literários, falta explorar mais profundamente o manancial dos registos paroquiais e,

Alves, Jorge Fernandes – Imigração de galegos no Norte de Portugal (1500-1900). Algumas notas. In ROEL, Antonio Eiras; LOPO, Domingo Gonzalez (coord.) - *Movilidad e migracións internas na Europa Latina*. Unesco. Santiago de Compostela: Universidad (Catedra Unesco), 2002, p. 117-126.

sobretudo, explorar registos administrativos (municipalidades, policiais) e de tipo empresarial (nomeadamente as explorações agrícolas).

As referências a galegos surgem um pouco por todo o lado, mas de forma discreta, dada a identidade verificada e que, só por si, constitui um interessante ponto de análise, qual seja, o de o galego constituir um tipo social em Portugal que ultrapassa uma identidade regional para se plasmar num estilo de vida – os galegos são homens do Norte, trabalhadores e dedicados à poupança, que raramente se radicam em definitivo nos lugares do sul e que mostram sempre ansiedade pelo regresso. Daí que, para a voz pública, os galegos de Lisboa não sejam só os originários da Galiza, mas também os da outra margem do Minho, de nacionalidade portuguesa, de acordo com representações colectivas muito disseminadas.

Pouco a pouco, a presença dos galegos em Portugal tornava-se significativa, sendo muito citado o episódio relacionado com uma proposta de expulsão, na situação de guerra em 1801, que não teve seguimento, por oposição do Intendente da Polícia, porque mandá-los embora significaria não ter “quem servisse as cidades de Lisboa e Porto”. De facto, pelos finais do século XVIII, algumas fontes históricas falam de 80.000 galegos em Portugal, número porventura exagerados ou talvez não.

Mas tentar quantificar a imigração de galegos em Portugal será sempre uma aventura. O representante diplomático de Espanha em Lisboa, inquirido pela Comissão Parlamentar de Inquérito à Emigração Portuguesa, em 1873, diz algo parecido com isto, invocando a tradição de o registo civil não existir em Espanha até 1870 e de essa falta de tradição não animar o registo consular, que só ganha maior expressão a partir dessa data, com o desenvolvimento da convenção consular entre os dois países, para acautelar a extradição de criminosos e controlo dos refractários ao serviço militar.

Alves, Jorge Fernandes – Imigração de galegos no Norte de Portugal (1500-1900). Algumas notas. In ROEL, Antonio Eiras; LOPO, Domingo Gonzalez (coord.) - *Movilidad e migracións internas na Europa Latina*. Unesco. Santiago de Compostela: Universidad (Catedra Unesco), 2002, p. 117-126.

Do lado português, o registo de estrangeiros é também deficiente e episódico, não tendo tido continuidade a legislação policial do Marquês de Pombal nos meados do século XVIII. Aliás, as novas medidas legislativas neste domínio surgem com preocupações militares, o novo tipo de problema que se coloca no quadro das responsabilidades constitucionais dos estados liberais. Uma portaria de 07.03.1839 já reconhece a existência de muitos galegos que fogem ao serviço militar, ao sublinhar “um grande número de Hespanhoes que se hão acoutado em Portugal, para se substraírem ao sorteamento no seu País”. Pouco depois, em 25 de Junho desse ano, regulamenta-se a concessão de passaportes a estrangeiros e, em 13.08.1841 obriga-se ao registo de bilhetes de residência em livro próprio e determina-se uma forma de recenseamento de estrangeiros, que parece ter sido muito pouco eficaz (conhecem-se livros, mas não números globais). Em 1863, com a abolição dos passaportes internos para os cidadãos portugueses, tomam-se novas medidas para registo das entradas de estrangeiros, recuperando-se as indicações anteriores, mas que agora vão ter alguma eficácia. Surgem, então, notícias da detenção policial de indocumentados, circulam listas emitidas pelo governo espanhol de desertores e refractários e são identificados alguns. É o próprio cônsul espanhol<sup>1</sup> no Porto quem, em 1873, assegura que os emigrantes galegos representam 97% dos emigrantes espanhóis em Portugal, sendo originários, na sua quase totalidade, das zonas rurais da Galiza. O excesso de população, em face da extrema divisão da propriedade rural, era o principal factor da emigração apontado pelo cônsul. Muitos desses emigrantes seriam mesmo proprietários mas em tão pequena escala que a auto-suficiência nunca estaria assegurada, mesmo que foros e pensões não estreitassem ainda mais os rendimentos da terra, como era o caso. Na ausência de uma indústria que pudesse ocupar a força de trabalho excedentária, a migração era a única saída, partindo-se para o Sul de Portugal ou de Espanha por períodos mais ou menos

Alves, Jorge Fernandes – Imigração de galegos no Norte de Portugal (1500-1900). Algumas notas. In ROEL, Antonio Eiras; LOPO, Domingo Gonzalez (coord.) - *Movilidad e migracións internas na Europa Latina*. Unesco. Santiago de Compostela: Universidad (Catedra Unesco), 2002, p. 117-126.

largos, em movimentos sazonais ou em estadias mais prolongadas. E, se com o pecúlio amealhado, conseguissem o dinheiro suficiente para pagar a passagem, ei-los que partiam a procurar a sorte em países do “novo mundo”. Recuperando trabalhos consulares com objectivos de avaliação estatística, o cônsul espanhol do Porto apresenta um quadro por classes de migrantes e por tipo de emigração para o período 1862-1871, a partir dos quais desenvolveremos algumas aproximações quantitativas.

### **Quadro I - Espanhóis residentes em Portugal (1862-1871)**

Anos	Estabelecidos definitivamente	Residentes por períodos mais ou menos curtos	Residentes durante curtos períodos	Totais
1862	3730	11186	5450	20366
1863	3901	11172	5478	20551
1864	4003	11490	5110	20603
1865	4143	11854	5395	21392
1866	4286	12106	5710	22102
1867	4315	12541	5780	22636
1868	4345	12566	6230	23144
1869	4417	12808	6156	23381
1870	4425	13402	6190	24017
1871	4540	13157	6660	24357

O próprio cônsul nos adverte que tais números se devem considerar como “próximos à verdade”, particularmente no que se refere aos que protagonizam estadias de curta duração, em relação aos quais não se faziam registos regulares, pois ou entravam clandestinamente ou era-lhes dado um salvo-conduto por grupo. De qualquer modo, os números, se comparados com estimativas anteriores, apresentam já um declínio visível, situando os galegos em Portugal na casa dos vinte milhares, número que só poderá errar por defeito, pois traduz os registos efectuados. Nos finais do século XIX, o Novo Mundo tornava-se uma atracção fatal para todo o tipo de europeus e, naturalmente, também dos galegos, desviando-os, ainda que lentamente, dos seus destinos

Alves, Jorge Fernandes – Imigração de galegos no Norte de Portugal (1500-1900). Algumas notas. In ROEL, Antonio Eiras; LOPO, Domingo Gonzalez (coord.) - *Movilidad e migracións internas na Europa Latina*. Unesco. Santiago de Compostela: Universidad (Catedra Unesco), 2002, p. 117-126.

tradicionais. Ainda com base nas informações do cônsul espanhol no Porto, vale a pena dedicar alguma atenção à distribuição por classes de tipo profissional que ele apresenta em relação aos espanhóis (na sua maioria galegos).

**Quadro II – Distribuição dos imigrantes espanhóis por tipos de permanência e por grupos profissionais, 1873**

Classes		Estabelecidos definitivamente	Por períodos mais ou menos curtos	Por curtos períodos	Totais
1ª	Proprietários	20			20
2ª	Lavradores	36			36
3ª	Professores científicos e de artes liberais	166	26		192
4ª	Negociantes, comerciantes e armazenistas	246			246
5ª	Cambistas, agentes, corretores e empregados de escritório	186	58		244
6ª	Donos e sócios de fábricas e estabelecimentos industriais	164	96		260
7ª	Mestres e oficiais de artes mecânicas	266	358		624
8ª	Tendeiros, vendedores de artigos de comer e beber, e de casas de dormir	624	640		1264
9ª	Donos de hotel, hospedarias, restaurantes, cafés, bilhares	84	82		166
10ª	Vendedores ambulantes de quinquilharias, panos, etc	94	210	190	494
11ª	Moços de padarias e refinações de açúcar		580		580
12ª	Moços e guardas de armazéns de comércio e vinhos	760	1250	1400	3410
13ª	Criados domésticos, cozinheiros, lacaios	480	3400	670	4550
14ª	Aguadeiros	168	592	-	760
15ª	Trabalhadores em talhos e matadouros	96	225		321
16ª	Ocupados em transportes, descargas de navios e outros trabalhos braçais	530	2500	2200	5230
17ª	Moços e criados de lavoura por temporadas nas províncias limítrofes com Espanha		640		640
18ª	Trabalhadores permanentes ou residentes no Douro e outras províncias na poda e cava das vinhas	620	2500		3120
19ª	Trabalhadores que vêm às mesmas províncias durante a cava e vindimas			2200	220
Totais		4540	13157	6660	24357

Alves, Jorge Fernandes – Imigração de galegos no Norte de Portugal (1500-1900). Algumas notas. In ROEL, Antonio Eiras; LOPO, Domingo Gonzalez (coord.) - *Movilidad e migracións internas na Europa Latina*. Unesco. Santiago de Compostela: Universidad (Catedra Unesco), 2002, p. 117-126.

Por esta distribuição, ainda que rudimentar, apercebemo-nos que não podemos reduzir os galegos à vaga dos trabalhadores rurais, rudes e analfabetos. Tal como em Portugal, também os galegos que acorrem às cidades se distribuem por ocupações diversas, algumas de prestígio na sociedade de então, e revelam alguma capacidade letrada (segundo o censo de 1890, no total de espanhóis 51% sabia ler e/ou escrever, mas essa proporção subia nas cidades do Porto (56%) e Lisboa (65%).

A convicção dos representantes espanhóis que respondem ao Inquérito Parlamentar de 1873 era a de a imigração para Portugal estar em curva descendente, dado o fenómeno avassalador da emigração para os países do continente americano e para a Argélia francesa, apesar dos números de registo revelarem um crescendo, por efeitos directos de melhoria de registo. E, diziam, que se houvesse um registo fidedigno, este revelaria que a maioria dos galegos que penetravam em Portugal eram agora passageiros em trânsito, “seduzidos por agentes de contratação colonial da América do Sul, os quais, com as suas promessas enganosas, estavam a sangrar a Península”. E, mesmo estes passageiros de trânsito estariam a diminuir, com a crescente facilidade de embarque pelos portos espanhóis.

O que estava em questão, para dirimir no inquérito parlamentar, era verificar a possibilidade de a imigração espanhola compensar a saída de portugueses para o Brasil, cujo movimento vinha a engrossar e assustava o poder político: dos 4 milhares de saídas anuais de portugueses nos meados da década de 1860 saltara-se já para os 10 milhares em 1871. Para o diplomata espanhol em Lisboa, a equação compensatória não funcionava, quer porque a emigração portuguesa tinha tendência a aumentar, quer porque a espanhola tendia a decrescer. Mas, sobretudo, por uma outra razão: “la inmensa mayoría de los emigrantes no se naturaliza, no se fija, no se casa, no se arraiga aqui; trabaja, economiza, regresa, y se establece en su país natal”. E, comungando das

Alves, Jorge Fernandes – Imigração de galegos no Norte de Portugal (1500-1900). Algumas notas. In ROEL, Antonio Eiras; LOPO, Domingo Gonzalez (coord.) - *Movilidad e migracións internas na Europa Latina*. Unesco. Santiago de Compostela: Universidad (Catedra Unesco), 2002, p. 117-126.

preocupações nacionalistas que em Portugal procuravam travar a emigração para o Brasil e outros países americanos, o diplomata espanhol, ao mesmo tempo que propunha um acordo entre os dois países para obstar à “trata de blancos”, afirmava: “que haya emigracion de uno a outro lado de la frontera poco importa; que la haya á ultramar es terrible para dos naciones que tanto necessitan de brazos y que tan mal repartida tienen la poblacion”<sup>2</sup>.

A verdade é que, com a recepção posterior dos dados fornecidos pelo cônsul do Porto, a comissão parlamentar concluía que a imigração espanhola acabava por compensar a emigração portuguesa, embora erradamente, pois somava os dados anuais que representavam o estado da estimativa dos espanhóis em Portugal para cada ano e não o seu movimento anual, como era o caso dos números de emigrantes portugueses. Em todo o caso, a comissão concluía que a Galiza, pelas razões que ligavam a população ao solo, nomeadamente a divisão da propriedade, funcionava como um “reservatório” que acabava por suprir o *deficit* provocado pela emigração. A evolução convulsiva da emigração portuguesa, num movimento ascendente até à altura da primeira guerra mundial, acabaria por mostrar rapidamente que a comissão, a prazo, estava errada.

Era, no entanto, evidente que os galegos e portugueses do interior vinham preencher nas casas de lavoura das zonas de maior pendor emigratório o vazio dos que partiram, através de ocupações como criado ou jornaleiros em actividades sazonais, protagonizando, assim, formas de migrações de substituição, ou seja, soluções mais precárias para resolver problemas pontuais de trabalho, enquanto os naturais buscam mais longe soluções estáveis ou outros destinos profissionais mais lucrativos, desonerando a família dos seus gastos e trazendo ou enviando poupanças.

Depois, o gradual desenvolvimento urbano gerava fenómenos de atracção populacional em que as estadias e ofertas de trabalho se prolongam e promovem estadias duradouras,



Alves, Jorge Fernandes – Imigração de galegos no Norte de Portugal (1500-1900). Algumas notas. In ROEL, Antonio Eiras; LOPO, Domingo Gonzalez (coord.) - *Movilidad e migracións internas na Europa Latina*. Unesco. Santiago de Compostela: Universidad (Catedra Unesco), 2002, p. 117-126.

às vezes definitivas, conforme o tipo de instalação e de negócio do imigrante. Sabe-se que, quando uma cidade cresce, a população circundante se move, surgindo nichos de mercado de trabalho que são sucessivamente assegurados por trabalhadores com afinidades de origem. Tornaram-se célebres os aguadeiros identificados com os galegos, que tinham a seu cargo não só o abastecimento de água como o socorro aos incêndios em Lisboa, organizados em companhias em torno das diversas fontes. Mas outros tipos de ocupação tinham conotação com galegos.

Em 1890, com a realização do censo populacional desse ano, há uma quantificação mais rigorosa dos estrangeiros e, conseqüentemente dos espanhóis (não havendo, naturalmente, distinção dos galegos que, no entanto, seriam a larga maioria), vislumbrando-se o largo peso dessa atracção urbana. Ou seja, dos 27207 espanhóis presentes em Portugal nesse ano, 62% concentravam-se nas cidades de Lisboa (13405) e Porto (3408). De resto, a sua presença verificava-se em quase todos os concelhos portugueses (com a excepção de 24 concelhos, num total de 263, no território continental).

### **Quadro III - Censo de 1890 – Presença de espanhóis em Portugal**

Distritos		Espanhóis
Continente		<b>27138</b>
	Aveiro	149
	Beja	727
	Braga	259
	Bragança	1336
	Castelo Branco	519
	Coimbra	321
	Évora	737
	Faro	634
	Guarda	269
	Leiria	84
	Lisboa	13405
	Portalegre	784
	Porto	4049

Alves, Jorge Fernandes – Imigração de galegos no Norte de Portugal (1500-1900). Algumas notas. In ROEL, Antonio Eiras; LOPO, Domingo Gonzalez (coord.) - *Movilidad e migracións internas na Europa Latina*. Unesco. Santiago de Compostela: Universidad (Catedra Unesco), 2002, p. 117-126.

	Santarém	286
	Viana do Castelo	1230
	Vila Real	1738
	Vizeu	611
Ilhas Adjacentes		<b>69</b>
	Angra do Heroísmo	12
	Horta	13
	Ponta Delgada	15
	Funchal	29

Importa, no entanto, destacar alguns concelhos interiores em que a presença de espanhóis ultrapassa a centena.

Os concelhos fronteiriços ou próximos da fronteira são naturalmente os mais sensíveis a este intercâmbio de população: Caminha (141), Melgaço (190), Monção (207), Valença (238), Viana do Castelo (204), Chaves (147), Bragança (298), Campo Maior (117), Elvas (362), Estremoz (144), Évora (140), Barrancos (104), Mértola (172), Moura (200), Serpa (128), Vila Real de Santo António (308).

Os concelhos vinhateiros do Douro eram também conhecidos por atraírem galegos e trasmontanos que ali ajudavam a erguer os famosos socalcos nos vales alcantilados do Douro, donde saía depois o produto comercial conhecido como vinho do Porto. Municipalidades como Alijó (644), Peso da Régua (101), Sabrosa (542), Mirandela (100), Torre de Moncorvo (100), Carrazeda de Ansiães (349) são exemplos de significativa concentração de galegos destinados a trabalhos pesados, aos quais se vinham depois juntar os sazonais para as vindimas.

Finalmente, surgiam ainda concelhos limítrofes das grandes cidades como Porto e Lisboa que funcionavam como espaços de prolongamento das respectivas economias. Assim, Bouças, hoje Matosinhos (160), Vila Nova de Gaia (150) e, no sul, Setúbal (206) chamavam a si mais de uma centena de galegos cada.

Alves, Jorge Fernandes – Imigração de galegos no Norte de Portugal (1500-1900). Algumas notas. In ROEL, Antonio Eiras; LOPO, Domingo Gonzalez (coord.) - *Movilidad e migracións internas na Europa Latina*. Unesco. Santiago de Compostela: Universidad (Catedra Unesco), 2002, p. 117-126.

Desvanecendo-se embora, a imigração galega em Portugal resistia ao destino transoceânico, revelando características das migrações tradicionais, que passam por manter activas as suas redes de influência, mesmo em face do aparecimento de novas e aparentemente melhores oportunidades migratórias. Mas não serão vãos os efeitos emulativos que passam a sobressair na Galiza, que se revitalizava com os fluxos de dinheiro da emigração atlântica na viragem do século. Na cidade de Vigo, que se renovava pelos finais do século XIX, desenvolvendo processos de urbanização onde proliferavam construções ricas da iniciativa de “indianos”, encontram-se portugueses a trabalhar de canteiros, modelando a pedra aos gostos arquitectónicos de elegância e luxo que então predominavam, alimentados pelo “dinheiro da América”. Ora, como nos diz Fialho de Almeida, descrevendo as suas deambulações pela Galiza, “um canteiro ganha em Vigo 4 pesetas por dia (600 ou 640 réis); há muitos portugueses trabalhando de canteiro”<sup>3</sup>.

No voltar de página, relevem-se as características destas migrações que, apesar de todas as resistências, mudam de orientação e ajustam os volumes de forma adequada ao emergir de bolsas de trabalho que se tornem atractivas.

---

<sup>1</sup> Primeiro Inquérito Parlamentar sobre a Emigração Portuguesa pela Comissão da Câmara dos Senhores Deputados. Lisboa: Imprensa Nacional, 1873, p. 508-511.

<sup>2</sup> Primeiro Inquérito Parlamentar sobre a Emigração Portuguesa pela Comissão da Câmara dos Senhores Deputados. Lisboa: Imprensa Nacional, 1873, p. 42-26.

<sup>3</sup> ALMEIDA, Fialho de – *Galiza, 1905*. Lisboa: O Independente, 2001, p.58.

## **Bibliografia:**

ALMEIDA, Fialho de, *Galiza, 1905*, Lisboa, O Independente, 2001.

ALVES, Jorge Fernandes, FERREIRA, M.Fernanda V. e MONTEIRO, M. do Rosário C., Imigração galega na cidade do Porto (2ª metade do século XIX), *Revista da Faculdade de Letras - História*, II série, vol. IX, Porto, 1992, pp. 215-236.

ALVES, Jorge Fernandes, *Os Brasileiros – Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*, Porto, 1994.

ALVES, Jorge Fernandes, Peregrinos de Trabajo. Perspectivas sobre a inmigración galega en Porto, *Estudios Migratorios*, nº4, 1977, pp. 69-81.

BARREIRO, Baudilio, *La Jurisdiccion de Xallas en el siglo XVIII - Población, Sociedad y Economía*, Santiago de Compostela, Secretariado de Publicaciones de la Universidad, 2ª ed. 1977, pp. 249-255.

GARCIA, Jose Manuel Perez, *Um modelo de sociedade rural de Antigo Régimen en la Galicia Costera*, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago, 1979, pp. 90-99.

GONZÁLEZ-ROTHVOSS, Mariano, *Las Relaciones Luso-Españolas en el Siglo XIX sobre Migraciones*, Porto, Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, 1962.

LOPES, Maria Fernão Couceiro da Costa Couto, "Estrangeiros no Porto", *Revista do Centro de Estudos Demográficos*, nº 6, Lisboa, 1949, pp. 13-34.

LOPO, Domingo, La emigración a Portugal desde el Suroeste de Galicia en los siglos XVIII al XIX, *Emigração-Imigração em Portugal – Actas do colóquio*, Lisboa, Fragmentos, 1993, pp. 373-391.

Alves, Jorge Fernandes – Imigração de galegos no Norte de Portugal (1500-1900). Algumas notas. In ROEL, Antonio Eiras; LOPO, Domingo Gonzalez (coord.) - *Movilidad e migracións internas na Europa Latina*. Unesco. Santiago de Compostela: Universidad (Catedra Unesco), 2002, p. 117-126.

---

NADAL, Jordi, *La Población Española*, Barcelona, Ariel, 1984, pp. 138-186.

PARDO, A. Meijide PARDO, "La Emigración Gallega Intrapeninsular", *Estudios de Historia Social de España*, Tomo IV, 2º, Madrid, 1960, pp. 463-605.

*Primeiro Inquérito Parlamentar sobre a Emigração Portuguesa pela Comissão da Camara dos Senhores Deputados*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1873, p. 44.

ROEL, Antonio Eiras (editor), *La emigración española a Ultramar, 1492-1914*, Madrid, Tabapress, 1991.

ROEL, Antonio Eiras (editor), *Aportaciones al estudio de la emigración gallega*, Santiago de Compostela, Xunta de Galicia, 1992.